



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022 – 2026)

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022

Presidente: Ex.^{ma} Sr. Celmira Sacramento
Secretários: Ex.^{ma} Sra. Bilaine Ceita
Ex.^{mos} Srs. Silvestre Mendes
José Rui Cardoso

SUMÁRIO

A Sra. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 19 minutos.

Procedeu-se ao debate e apreciação do Programa do XVIII Governo Constitucional, após apresentação do mesmo pelo Primeiro-Ministro e Chefe do Governo (Patrice Trovoada).

No debate, intervieram os Srs. Deputados Danilo Santos (MLSTP/PSD), Abnildo d' Oliveira (ADI), Levy Nazaré (BASTA), João Leonardo Batista (MCI/PS-PUN), Alda Ramos (ADI), José António Miguel (ADI),

Itelmiza Pires (ADI), Edmilson Amoço (ADI), Lorenço Freitas (ADI), Jozino Veiga (ADI), Messias Pereira (ADI), Pedro Carvalho (ADI) e Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN).

No encerramento, usaram da palavra a Líder Parlamentar da Coligação MCI/PS-PUN (Beatriz Azevedo) e o Líder Parlamentar do ADI (José António Miguel), e o Sr. Primeiro-Ministro.

A Sra. Presidente encerrou a sessão às 12 horas e 39 minutos.

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 19 minutos.

Estavam presentes as seguintes e os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**

Afonso da Graça **Varela** da Silva

Alberto da Trindade Luís

Aleksander Monteiro Conceição Lima

Alexandre da Conceição **Guadalupe**

Alda Quaresma da Costa d'Assunção **Ramos**

Américo d'Oliveira dos **Ramos**

Bilaine Carvalho Viegas **de Ceita** do Nascimento

Celisa Maria Martins dos Reis **Aguiar**

Celmira de Almeida **do Sacramento** dos Santos Lourenço

Danilo Francisco dos Santos Quaresma

Edmilson das Neves Amoço

Ekeneide Lima dos **Santos**

Elísio Osvaldo do Espírito Santo D'Alva **Teixeira**

Hélio Silva Vaz de **Almeida**

Itelmiza Duarte Monteiro Pires

José António do Sacramento **Miguel**

Jozino Malupane da **Veiga**

Lourenço Aguiar Freitas

Messias Luís Fernandes Pereira

Nelson Mário de Carvalho Rosa Cardoso

Nito de Sousa Viegas d'Abreu

Orlando Borges da **Mata**

Ossáquio Perpétua **Riôa**

Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**

Sólito da Cunha Lisboa **Neto**

Silvestre Moreno **Mendes**

Vasth Bady Nascimento dos Santos

Wilter Kathelen das Neves Boa Morte

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adllander Costa de **Matos**

Adelino Cruz José da **Costa**

Arlindo Barbosa Semedo

Ayza Fortes da **Silva**

Baltazar Nazaré de Boa Morte Afonso

Conceição Vieira **Moreno**

Cílcio Sodjy da Vera Cruz Bandeira Pires dos **Santos**

Danilo Neves dos **Santos**

Elákcio Afonso da **Marta**

Ermelinda José Dias Borges de Castro Menezes de Pinho

Filomena Sebastião Santa **Monteiro** d'Alva

Gabdulo Luís Fernandes da Fonseca **Quaresma**

José Rui Tavares **Cardoso**

Maiquel Jackson do **Espírito Santo**

Osvaldo Eduardo João

Okimi da Conceição **Camlé**

Osvaldo António Craivid **Viegas d'Abreu**

Raúl do Espírito Santo Cardoso
Wuando Borges de Castro de Andrade

Movimento de Cidadãos Independentes/Partido Socialista-Partido de Unidade Nacional MCI/PS-PUN

António dos Reis Faleiro
Baltazar Albertina Quaresma
Beatriz da Veiga Mendes Azevedo
Eldimiro Emiliano Manuel
João Leonardo de Pina da Trindade Batista

Movimento BASTA

Adérito Sanches Vaz
Levy do Espírito Santo Nazaré

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Presidente do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Srs. Técnicos, muito bom dia. Somos 50 Deputados na Sala. Já podemos começar. Peço aos Serviços que orientem o Governo, por favor.

Pausa para a entrada do Governo.

A Sra. **Presidente**: — Já está composta a Sala, vamos começar os nossos trabalhos.

Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Sras. e Srs. Ministros do XVIII Governo Constitucional, Excelências, Sras. e Srs. Deputados, temos como ponto único nesta sessão a discussão do Programa do Governo. Temos a distribuição do tempo da seguinte forma: o Governo tem 106 minutos; a Bancada que sustenta o Governo tem 106 minutos; o Grupo Parlamentar MLSTP/PSD, 63 minutos; MCI/PS-PUN, 18 minutos, e o Movimento BASTA, 7 minutos. Os nossos trabalhos serão orientados pelos artigos 218.º, 219.º, 220.º e 221.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Sem mais demoras, de acordo com o artigo 219.º, n.º.1, gostaria de convidar Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro a fazer a sua declaração.

É só para informar que o tempo que está no painel não está correcto e, nesta primeira fase, não vamos contar o tempo. Durante a declaração de Sua Excelência Primeiro-Ministro não se conta o tempo. O tempo vai ser, sim, contado a partir do momento do debate.

Muito obrigada.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo** (Patrice Emery Trovoada): — Excelentíssima Senhora Presidente; Excelentíssimas Senhoras Deputadas; Excelentíssimos Senhores Deputados; Caros São-tomenses, residentes no País e na diáspora; cidadãos estrangeiros residentes no País, Excelências, muito bom dia.

Neste início de uma nova legislatura, quero saudar as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, pela vossa eleição a esta Magna Assembleia, e desejar-vos sucesso no cumprimento da sublime missão que a Constituição da República vos incumbe, na qualidade do mais alto órgão representativo e legislativo do Estado.

Por vontade própria, São Tomé e Príncipe é um país democrático e, por vontade livremente expressa pelo povo soberano, são periodicamente eleitos os órgãos que dirigem o País e os titulares dos diversos órgãos de soberania. Esta é a condição de existência da sobrevivência e perenidade da democracia e do Estado de Direito Democrático.

Na verdade, as eleições livres, justas e democráticas constituem hoje o único modo de transferência do poder de um grupo para o outro, com exclusão de quaisquer outros.

A violência, seja qual for a sua forma e intensidade, é sempre contrária aos direitos fundamentais do homem à sã convivência e à cooperação entre os membros da sociedade. Com a violência não se

conquista, nem se adquire o poder. Pelo contrário, com a violência apenas se destrói o poder, a sociedade e a vida em comunidade, provocando atrasos no crescimento económico e impactos negativos em todos os outros domínios da vida.

A violência não pode nunca ser fonte de poder, não pode criá-lo, não pode, em nenhuma circunstância, legitimá-lo. O pluralismo democrático, irrevogavelmente gravado na nossa Constituição, e o respeito escrupuloso da vontade do povo soberano, é uma indefectível garantia para a eleição e alternância dos titulares de cargos políticos, da liberdade e da igualdade de todos na competição política com vista à ascensão ao poder.

Por tudo isso, nada, absolutamente nada, justifica qualquer tentativa de subversão da ordem constitucional, por meio da violência e invasão ao Quartel-General das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe e agressão às tropas republicanas que lá se encontravam, com o propósito único e exclusivo de defender a soberania nacional e a integridade do Território.

Quanto à valentia e ao marcado sentido de defesa da Pátria e das instituições republicanas revelados pelo Tenente Marcelo da Graça, que naquela madrugada do dia 25 honrou com bravura o seu juramento, colocando em risco a sua própria vida, bem como a de todos os oficiais, sargentos e soldados de vários ramos e unidades das Forças Armadas que tiveram um papel decisivo naquela triste madrugada, fica aqui o nosso profundo reconhecimento, por ter salvado a Pátria de um descalabro, cujas consequências facilmente se imagina, e que ainda hoje fazem bater os corações de todos aqueles que amam a paz, a tranquilidade e defendem sem vacilações a democracia.

Nestas circunstâncias, não podemos deixar de lamentar as vidas inutilmente perdidas em circunstâncias lamentáveis, ainda por esclarecer, e, daqui deste púlpito, renovo as mais sentidas condolências às respectivas famílias.

Enquanto Governo, assumimos prontamente toda a nossa responsabilidade, no âmbito da Constituição e das leis, e tudo fizemos para que fossem criadas, numa irrepreensível celeridade, as condições óptimas para uma investigação séria, transparente e isenta, com o recurso a peritos internacionais, no quadro dos acordos bilaterais vigentes e oriundos de países democráticos, reconhecidos como tal. Nós pensamos e acreditamos que, de todos os acontecimentos relacionados com a tentativa de golpe de Estado e o ataque ao Quartel-General das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, tudo deverá ser esclarecido e a justiça feita, no respeito escrupuloso pelos direitos que a Constituição confere a cada cidadão.

A todos rogamos, penhoradamente, compreensão, paciência e bastante sentido de responsabilidade. O momento é crítico. Os palpites, os juízos de valor assentes em rumores, as especulações com propósitos difamatórios, as pretensas acusações, os habituais aproveitamentos indecentes, só acrescentam mais confusão e perturbam o regresso à paz, à serenidade e à calma. Outras coisas não pretendem, se não dificultar e perturbar a situação aqueles que, não dispondo de elementos factuais bastantes sobre os acontecimentos, proferem, em tons categóricos e marciais, declarações inflamatórias e sensacionalistas, levando suspeitas sobre tudo e todos, incluindo sobre as Forças Armadas. Na situação que infelizmente acabamos de atravessar, a precipitação e os boatos são inimigos da justiça.

Minhas senhoras, meus senhores, o XVIII Governo Constitucional assume os destinos da Nação, num momento crucial da sua história e do mundo. Anima-me neste momento um sentimento de profunda responsabilidade, por ter de resgatar um país que tem tudo para dar certo, mas que se encontra num fosso em que abundam as dificuldades de todas as ordens e níveis. O País encontra-se numa encruzilhada e é nossa obrigação colectiva lutar contra as adversidades, tomarmos decisões por vezes difíceis para avançar e construir o País dos nossos sonhos.

Daí a imperiosa necessidade de mobilizar todos os recursos disponíveis, tanto humanos como financeiros, para que este grande desígnio nacional seja alcançado.

É certo, padecemos ainda das consequências e ameaças da Covid-19, pandemia que ainda não está debelada.

É certo que a crise económica actual veio juntar-se ainda aos impactos negativos da guerra na Europa, com todo o seu cortejo de consequências, no que respeita à ajuda internacional ao desenvolvimento, subida de preço dos bens de primeira necessidade e das matérias-primas, com particular incidência sobre o custo da energia, de que dependemos para o funcionamento da nossa economia. Mas é nossa convicção profunda que a imagem do País seria outra, as estatísticas revelariam outros índices, outras realidades menos assustadoras e outro desempenho, se a visão da sociedade, a compreensão das mudanças locais e

globais e as opções fossem outras.

Para a tranquilidade do nosso povo e para que todos que aqui vivem possam usufruir das suas liberdades, precisamos de um país limpo e seguro. Limpo de todas as toxicidades políticas, administrativas, económicas e éticas. Seguro em todas as vertentes. Daí que o Governo empreenderá reformas, no sentido de garantir e reforçar a segurança global do País, segurança para as pessoas, os bens, as relações contratuais e para o meio ambiente.

A segurança do Estado e a segurança física das pessoas, através de reformas concretas no seio das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe e das Forças e Serviços de Segurança será encarada como prioridade. Será necessário reforçar e aprimorar os efectivos, modernizar os equipamentos, melhorar as infra-estruturas, intensificar a formação, o treino e a prontidão.

O sistema de justiça militar deve conhecer reformas, através da melhoria da sua organização e funcionamento, bem como no que respeita ao reforço das suas capacidades de investigação e condução dos processos judiciais, que têm sempre, neste domínio, uma natureza particular, complexa e melindrosa.

Ainda no domínio da edificação de um Estado seguro para todos, será necessário implementar e fortalecer no seio da nossa sociedade, os direitos fundamentais e o exercício pleno da democracia, bem como continuar a aprofundar a reforma da Justiça e melhorar o funcionamento da Administração Pública e das autarquias locais no sentido de proteger o cidadão do arbitrário, por parte do Estado.

É preciso credibilizar a Justiça, tornando-a mais justa, mais célere, mais isenta, mais competente e mais próxima dos cidadãos. Meios alternativos de resolução de litígios e penas alternativas devem ser implementados. As infra-estruturas e equipamentos devem ser modernizados, bem como o processo de recrutamento dos funcionários, agentes e magistrados devem ser significativamente melhorados, incluindo o processo de formação, avaliação do desempenho e controlo das decisões. O processo de revisão das leis em vigor, a adopção de novas leis e a regulamentação de todas elas é uma tarefa de que não podemos prescindir.

O outro eixo da intervenção do Governo, que terá um carácter urgente e prioritário, é a melhoria do poder de compra das populações. Os níveis de pobreza são hoje alarmantes e o registo de uma inflação acima de 20% empurra para a miséria uma franja considerável da população do País. Esta melhoria se fará fundamentalmente através de uma redução drástica das despesas de funcionamento do aparelho do Estado, com o propósito de recuperar recursos orçamentais que permitam melhorar as condições de vida das populações e garantir uma distribuição mais equitativa da riqueza nacional e atender às desigualdades que prevalecem no País.

O Governo pretende igualmente levar a cabo reformas no sector fiscal e da Segurança Social, de modo a garantir a todos os contribuintes uma maior justiça fiscal e conceder-lhes uma pensão de reforma mais consentânea com as suas contribuições e com as necessidades atuais de sobrevivência. Ainda no domínio da Segurança Social, importará alargar a sua cobertura aos outros domínios da vida social, ao mesmo tempo que devem ser instituídos mecanismos que garantam a sua sustentabilidade e perenidade.

Medidas fiscais e outras de natureza organizativa serão adoptadas com o intuito de evitar as subidas bruscas de preços de bens alimentares que integram a cesta básica, bem como a comercialização desses bens será objecto de uma nova regulamentação, visando a prática de preços mais justos, o abastecimento regular do mercado e a justa remuneração dos operadores económicos, evitando rupturas de *stocks*.

Enfim, numa ampla campanha de incentivo à produção agrícola de bens alimentares, à sua conservação e transformação, e no domínio das pescas igualmente, o Governo entende melhorar as condições que proporcionem uma maior produtividade e produção e em condições de segurança.

Minhas Senhoras e meus senhores.

A melhoria e a extensão dos cuidados primários de saúde serão preocupações permanentes do Governo, e os mecanismos de alerta serão aprimorados, bem como os meios de diagnóstico serão aperfeiçoados. Tudo será feito para que o direito dos são-tomenses à saúde seja assegurado.

Neste sentido, o Governo entende construir novas instalações e dotá-las de meios que lhes permitam funcionar plenamente e oferecer aos são-tomenses os melhores cuidados possíveis.

A formação inicial e contínua de quadros no domínio da saúde é uma necessidade, bem como o aprovisionamento em medicamentos essenciais, evitando roturas que põem em risco a vida dos pacientes. Uma atenção especial será dada a formação de especialistas.

Excelências, minhas senhoras, meus senhores.

O Sector da Educação carece de uma nova reforma, que a ajuste às necessidades e realidades do País, bem como aos padrões internacionais.

O ensino secundário deve alcançar um nível de estruturação e conhecimento que permita aos estudantes são-tomenses continuarem em pé de igualdade com os demais, nos seus estudos em universidades e demais centros de ensino e de formação, dentro e fora do País.

O ensino profissional virado para as necessidades do desenvolvimento do País e do mercado de trabalho nacional deve ser, não só intensificado, como aumentadas as ofertas formativas.

O ensino obrigatório e gratuito elevado para o 9.º ano de escolaridade deve tornar-se uma realidade, enquanto a frequência dos jardins-de-infância deve tornar-se direito de um número cada vez maior de crianças. Para tanto, o Governo deve criar condições para a construção de novos estabelecimentos, novas creches, e ao mesmo tempo que deve adoptar medidas que levem o sector privado a participar massivamente em condições de previsibilidade e segurança nesse processo.

Enfim, devem ser construídas novas salas de aulas com o propósito de contribuir para o combate à superlotação das salas de aulas, que se verificam hoje em todos os níveis de ensino, dificultando o processo de ensino-aprendizagem.

Para que se normalize o sistema nacional de ensino, é absolutamente necessário que se forme e qualifique um número cada vez maior de professores e que se garanta as condições de sua manutenção voluntária no sistema. Para este efeito, será necessário melhorar significativamente as condições de trabalho, progressão na carreira e o quadro de remuneração.

A promoção da cultura, do género, da juventude e a protecção da infância devem constituir uma preocupação permanente do Governo e traduzir-se em medidas corajosas, com o propósito de alterar o cenário actual e fornecer perspectivas de desenvolvimento mais ambiciosas.

No domínio das infra-estruturas, o Governo entende, em primeiro lugar, recuperar as infra-estruturas destruídas pelas intempéries ou simplesmente abandonadas e, em segundo lugar, modernizar as existentes e construir novas, com o propósito de fomentar a economia nacional, atrair investimentos estrangeiros e estimular o crescimento económico sustentável do País.

Neste contexto, o aumento do fornecimento de água potável e da energia eléctrica às populações e ao sector económico é uma necessidade para a qual o Governo mobilizará recursos, tendo em conta o seu papel no processo de desenvolvimento do País. A situação de constrangimento grave para o funcionamento da economia nacional e para o Orçamento Geral do Estado que a Empresa Nacional de Água e Electricidade representa será objecto de toda a atenção do Governo.

Merecem igualmente particular relevo, os projectos de expansão e de modernização do Aeroporto Internacional em São Tomé, Nuno Xavier, e do aeroporto da ilha do Príncipe, ou ainda a construção de um porto acostável em São Tomé e Príncipe, bem como um hospital de referência na capital do País.

Naturalmente, será necessário melhorar e densificar a rede rodoviária nacional e todo o sistema de transporte internacional, interno e inter-ilhas, factor penalizante para o desenvolvimento das trocas e o crescimento da agricultura, da pesca e dos serviços. Devemos também melhorar as telecomunicações, tanto no que respeita às suas infra-estruturas, como no que respeita aos seus custos.

O sector privado deverá jogar um papel fundamental no que concerne aos investimentos directos, susceptíveis de gerar riquezas e empregos permanentes. Neste sentido, o Governo deverá reformar o quadro legal dos investimentos privados e estrangeiros, de modo a torná-los mais atractivos e mais eficazes para estimular os sectores com maior potencial de crescimento, particularmente o do turismo.

No mesmo espírito de atracção de recursos externos, o XVIII Governo Constitucional assumirá e respeitará o direito internacional, bem como os compromissos internacionais, constitucional e legalmente firmados no quadro de uma diplomacia activa e responsável, destinada a promover parcerias internacionais mutuamente vantajosas e angariar recursos exteriores, susceptíveis de financiar os *gaps* de investimento de que padece cronicamente o Orçamento Geral do Estado.

A urgência para dar resposta à necessidade de crescimento económico advém da preocupação em melhorar as condições de vida da nossa população, que é maioritariamente jovem, que está em rápido crescimento, com um mercado de trabalho incapaz de absorvê-la e que não tem a qualificação necessária, quando surgem alguma oportunidade de emprego. Neste capítulo, a melhor e maior inclusão económica da mulher constituirá certamente um factor de redução da pobreza e de melhoria do rendimento familiar. Com mais de 70 000 dos nossos compatriotas a viverem no estrangeiro, a integração da componente "diáspora"

na matriz de desenvolvimento do nosso país passará igualmente a ser uma realidade permanente.

Não podemos jamais esquecer que somos um país subdesenvolvido, pequeno e arquipelágico. Padecemos, obviamente, de todos os problemas inerentes aos países subdesenvolvidos, mas padecemos igualmente dos constrangimentos inerentes aos pequenos países insulares, sem recursos e sujeitos aos impactos das alterações climáticas que se fazem sentir a cada dia com maior intensidade.

Daí a nossa opção por um desenvolvimento sustentável, no respeito escrupuloso por todos os princípios do direito ambiental. Deste modo, o ambiente é incontornavelmente um critério de todas as decisões, quer se trate de exploração de recursos naturais, quer se trate de desenvolvimento de actividades económicas. Para o Governo, está em primeiro lugar o homem, as populações, a preservação das suas condições de vida e de sobrevivência. Em todos os casos de dúvidas, prevalecerá sempre o ambiente.

Excelência, Sra. Presidente, caros e caras Deputadas, Excelências, estamos profundamente convencidos de que a implementação do Programa apresentado a esta Assembleia e executado num clima de estabilidade e serenidade permitirá uma nítida recuperação do País e a melhoria das condições de vida das nossas populações. Nestas circunstâncias, renovamos o nosso apelo à unidade e convergência nas acções e reformas estruturantes a serem empreendidas pelo Governo. A terra é nossa e a sua recuperação é nossa responsabilidade exclusiva. A ajuda e a assistência dos nossos parceiros ou da comunidade internacional é um mero produto de boa vontade e é essa boa vontade que tem principalmente financiado o modesto crescimento económico dos últimos 20 anos, que por sinal nos tem mantido a respirar, mas sem capacidade de nos erguer e caminhar para patamares desejáveis de sustentabilidade e robustez.

Por conseguinte, temos de assumir integralmente as nossas responsabilidades, sob pena de comprometer definitivamente o nosso futuro colectivo.

Temos de empenhar todas as nossas capacidades de resiliência e todo o acervo do nosso saber e competência ao serviço do bem e do País. Temos hoje a clara confiança e o mandato expresso do povo. Resta-nos apenas servi-lo, agindo com coerência e prontidão numa só direcção, em direcção da prosperidade partilhada, na justiça para todos, combatendo a indiferença e a permanente desconfiança que inibe o progresso.

Não ignoramos as dificuldades e complexidades dos processos que conduzem a acordos e consensos, mas estamos convencidos de que o único caminho a seguir é o do realismo, da objectividade, do trabalho e da união que permitem resistir e vencer as dificuldades, construindo o progresso. Naturalmente, sempre no respeito pelos direitos de cada um e do direito de cada um a diferença.

Nada é impossível, se a nossa determinação de construir um país melhor for genuína e se estamos dispostos a consentir os sacrifícios que a felicidade colectiva exige.

No âmbito desta minha intervenção de apresentação do Programa do XVIII Governo Constitucional, não poderia esgotar tudo o que encerra um programa de governação para 4 anos, num mundo em que a única certeza é a incerteza.

Resta-me, por isso, colocar-me à disposição das Vossas Excelências, para responder às vossas interrogações, inquietações e preocupações.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro. Eu não quis interromper a sua declaração.

Peço aos seguranças que recolham tudo quanto não é material necessário para os nossos trabalhos e oriento os serviços que marquem falta injustificada aos Deputados e Deputadas que saíram.

Srs. Seguranças, por favor, recolham tudo quanto não é material necessário para os nossos trabalhos.

Murmúrios.

Uma voz: — Brincadeira tem hora!

A Sra. **Presidente**: — Estão recolhidos?

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Passemos à fase de pedidos de esclarecimentos.

Sras. e Srs. Deputados, querem fazer algum pedido de esclarecimento ao Governo? A inscrição está aberta.

Não havendo nenhum pedido de esclarecimento, vamos passar ao debate, propriamente dito. A inscrição está aberta para o debate do Programa do Governo.

Agora sim é que vamos começar a contar o tempo dos 300 minutos afectos a esta plenária. Peço aos técnicos que venham regularizar o painel, por favor.

Já temos inscritos?

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, com a devida permissão, solicito 1 minuto de silêncio, em honra dos são-tomenses que tombaram no dia 25 de Novembro.

Pausa.

Sra. Presidente, solicito autorização para 1 minuto de silêncio. Pode ser descontado no tempo do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, que não há problema nenhum.

A Sra. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos guardar 1 minuto de silêncio.

O Plenário guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Povo de São Tomé e Príncipe: Num contexto de normalidade ao nível social e político, o MLSTP/PSD, enquanto Partido responsável e experiente, estaria aqui hoje disponível para debater o Programa do Governo para os próximos 4 anos, fazendo as suas observações e dando as necessárias contribuições para que essa brochura que nos foi submetida pelo XVIII Governo Constitucional se transformasse efectivamente num Programa que servisse os interesses do País e ajudasse a suprir as enormes dificuldades que o povo atravessa, num contexto mundial muito complicado para as pequenas e dependentes economias como a nossa.

Neste aspecto, apraz-nos constatar que o Partido ADI, que sustenta o XVIII Governo,...

Entretanto, houve corte de energia eléctrica.

Pausa.

Vou recomeçar, Sra. Presidente.

A Sra. **Presidente**: — Recomeçar? Pode continuar.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Nesse aspecto, apraz-nos constatar que o Partido ADI, que sustenta o XVIII Governo, finalmente reconhece que o País ainda sofre as consequências da pandemia da Covid-19 e que a guerra entre a Rússia e a Ucrânia tem causado, directa e indirectamente, sérios problemas à nossa economia e condicionado o aumento exponencial do custo de vida nos últimos tempos, ao contrário do que diziam no período da campanha eleitoral, quando vendiam sonhos às nossas populações e acusavam o Governo da coligação, liderado pelo MLSTP/PSD, de ser o culpado de todo mal que se abateu sobre São Tomé e Príncipe, afirmando...

Murmúrios.

Vozes do MLSTP/PSD: — A Rádio não está a passar.

A Sra. **Presidente**: — Se calhar depois do corte da energia. Há alguma informação, técnicos?

Pausa.

Segundo os Serviços, temos que aguardar um pouco, porque assim que foi a energia foi tudo abaixo. O sistema tem que se restabelecer.

Pausa.

Sr. Líder, pode continuar.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Vou começar. Temos muito tempo.

A Sra. **Presidente**: — No tempo regulamentar da Bancada?
Está bem, tem a palavra.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Povo de São Tomé e Príncipe: Num contexto de normalidade ao nível social e político, o MLSTP/PSD, enquanto Partido responsável e experiente, estaria aqui hoje disponível para debater o Programa do Governo para os próximos 4 anos, fazendo as suas observações e dando as necessárias contribuições para que essa brochura que nos foi submetida pelo XVIII Governo Constitucional se transformasse efectivamente num programa que servisse os interesses do País e ajudasse a suprir as enormes dificuldades que o povo atravessa, num contexto mundial muito complicado para as pequenas e dependentes economias como a nossa.

Nesse aspecto, apraz-nos constatar que o Partido ADI, que sustenta o XVIII Governo, finalmente reconhece que o País ainda sofre as consequências da pandemia da Covid-19 e que a guerra entre a Rússia e a Ucrânia tem causado, directa e indirectamente, sérios problemas à nossa economia e condicionado o aumento exponencial do custo de vida nos últimos tempos, ao contrário do que diziam no período da campanha eleitoral, quando vendiam sonhos às nossas populações e acusavam o governo de coligação, liderado pelo MLSTP/PSD, ...

Murmúrios.

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — A nossa Bancada confirma que a Rádio não está a passar.

A Sra. **Presidente**: — Alguma informação, técnicos?

Pausa.

Murmúrios.

O Sr. Líder Parlamentar quer retornar ao seu lugar até que a situação seja regularizada? Há alguma dificuldade se conectar a nossa rede à Internet, estão a tentar a todo custo e a qualquer momento vamos retomar a nossa reunião.

Pausa.

Já está restabelecido.

O Sr. Líder vai preferir continuar ou recomeçar?

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Recomeçar, mas sem as saudações. Vou directo ao texto. Num contexto de normalidade ao nível social e político, o MLSTP/PSD, enquanto Partido responsável e experiente, estaria aqui hoje disponível para debater o Programa do Governo para os próximos 4 anos, fazendo as suas observações e dando as necessárias contribuições, para que essa brochura que nos foi submetida pelo XVIII Governo Constitucional se transformasse efectivamente num programa que servisse os interesses do País e ajudasse a suprir as enormes dificuldades que o povo atravessa, num contexto mundial muito complicado para as pequenas e dependentes economias como a nossa.

Nesse aspecto, apraz-nos constatar que o Partido ADI, que sustenta o XVIII Governo, finalmente reconhece que o País ainda sofre as consequências da pandemia da Covid-19 e que a guerra entre a

Rússia e a Ucrânia tem causado, directa e indirectamente, sérios problemas à nossa economia e condicionado o aumento exponencial do custo de vida nos últimos tempos, ao contrário do que diziam no período da campanha eleitoral, quando vendiam sonhos às nossas populações e acusavam o governo de coligação, liderado pelo MLSTP/PSD, de ser o culpado de todo mal que se abateu sobre São Tomé e Príncipe, afirmando que a pandemia da Covid-19 e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia não podiam ser justificação para tudo e que não passavam de invenção do MLSTP/PSD.

Num contexto de normalidade e face à situação em que o País vive actualmente, o MLSTP/PSD poderia propor que o primeiro eixo de qualquer Programa de um governo minimamente responsável e sério deveria ser o reforço do Estado de Direito Democrático, para que o País tivesse instituições mais fortes e credíveis, respeitadoras das leis e dos direitos fundamentais dos cidadãos, consagrado na nossa Constituição. Sejam eles criminosos ou não...

Murmúrios.

A Sra. **Presidente**: — Sr. Vice-Presidente, interpelação a Mesa?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sim.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo.

De acordo com o nosso Regimento as nossas actividades são públicas, o que sim devem ser transmitidas nos canais. O que eu quero dizer é que neste momento os Serviços da Assembleia Nacional dispõem dum serviço de comunicação, e a cerimónia está sendo transmitida, em directo, para todo o País e ao nível internacional. Tendo em conta os constrangimentos técnicos com a Rádio Nacional, somos a opinar que devemos prosseguir com os meios disponíveis na Assembleia Nacional.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Assim sendo, tendo em conta que nós não estamos a conseguir suprir o problema na Rádio Nacional, realmente os Serviços da Assembleia fazem transmissão em directo, nós temos aqui a Televisão que está a colher a imagem dos nossos trabalhos, e depois para passar, para que não estejamos cá todo tempo à espera que que a Rádio passe, podemos prosseguir os nossos trabalhos, é a sugestão, podemos prosseguir os nossos trabalhos, até que a Rádio Nacional consiga efectivamente começar a transmitir.

Não se vai perder a mensagem do Sr. Líder, porque vai estar gravada, e está a passar em directo também.

A sua mensagem está a ser gravada e vai passar. Está assegurado.
Muito obrigada.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Num contexto de normalidade e face à situação em que o País vive actualmente, o MLSTP/PSD poderia propor que o primeiro eixo de qualquer programa de um governo minimamente responsável e sério deveria ser o reforço do Estado de Direito Democrático, para que o País tivesse instituições mais fortes e credíveis, respeitadoras das leis e dos direitos fundamentais de todos os cidadãos, consagrados na nossa Constituição. Sejam eles criminosos ou não, todos os cidadãos devem ter a garantia da presunção de inocência, acesso a um advogado de defesa e garantia de um julgamento justo e imparcial, e não se devia permitir, jamais, que cidadãos possam ser sequestrados em suas casas por militares, sem mandatos de captura ou prisão, torturados e sumariamente executados, à vista de todos, com as suas fotos espalhadas nas redes sociais.

Num contexto de normalidade, o MLSTP/PSD poderia propor que o segundo eixo de qualquer Programa de um governo que realmente queira contribuir para o desenvolvimento deste País deveria ser o reforço da coesão social e da unidade entre os são-tomenses, de forma que todos nós, membros dos partidos políticos e membros da sociedade civil, pudéssemos pôr de lado as nossas divergências pessoais, as querelas políticas artificiais, os ódios e rancores que tanto mal têm feito à nossa sociedade, e finalmente colocarmo-

nos de acordo sobre as grandes causas nacionais e juntos construímos com as nossas próprias mãos o País que sonhamos.

Na brochura que nos foi apresentado pelo XVIII Governo, ele defende que a «governança deve ser focada no restabelecimento do sentimento de pertença à Nação, no interesse colectivo e no amor à pátria, enquanto pressupostos fundamentais para unidade nacional, e obtenção de consenso sobre assuntos importantes do Estado.» Infelizmente, os cenários que estão a ser dados pelo actual poder, em tão pouco tempo de mandato, nos fazem acreditar que essa intenção não passa de palavras vazias e que há um desejo claro de voltarmos aos tempos da ditadura, das perseguições políticas, e prevalência do medo, do ódio, e da separação entre os são-tomenses.

O próprio despacho da Sra. Presidente da Assembleia é, para nós, um atentado à Constituição da República e à liberdade dos direitos dos Deputados, que são os legítimos representantes do povo e merecem mais respeito e maior dignidade...

Murmúrios.

Estou a terminar, Sra. Presidente.

Estou dentro dos assuntos do Programa e a falar sobre o mesmo.

O MLSTP/PSD, enquanto Partido histórico, que liderou a luta pela independência de São Tomé e Príncipe...

Uma voz: — Nada mudou?

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — ... que instaurou a democracia no nosso País, não pode, em consciência, compactuar com a situação actual e com a passividade das nossas autoridades. Por isso, como sinal do nosso desagrado e tristeza...

Estou a concluir, Sra. Presidente.

A Sra. **Presidente:** — Sr. Líder, estamos no debate relativo à apresentação do Programa do Governo. O Sr. Líder sabe que nós temos agendado uma Conferência de Líderes para agendarmos uma plenária, para discutirmos essa questão.

Por favor, Líder, é só cingir-se à matéria do Programa do Governo.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, o Programa do Governo fala, no capítulo de justiça, sobre o reforço...

A Sra. **Presidente:** — Mas está a entrar especificamente numa matéria que não é para hoje.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Mas é sobre o reforço que estamos a falar.

A Sra. **Presidente:** — Termine, Sr. Líder, mas sem cingir-se à matéria dos últimos acontecimentos, porque teremos o quadro próprio para o fazer.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, estou a concluir.

A Sra. **Presidente:** — Conclua, por favor.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Como sinal do nosso desagrado e tristeza, a nossa bancada não terá mais nenhuma intervenção neste debate, e esperamos ansiosamente que a Conferência de Líderes aprove e agende o debate de urgência que solicitamos à Mesa da Assembleia Nacional que, aliás acreditamos, devia ser priorizado em relação ao momento, porque acreditamos que os acontecimentos de 25 de Novembro são graves e complexos.

Não podíamos terminar, sem prestar a nossa devida homenagem e condolências aos familiares enlutados, e reconhecimento ao oficial Tenente Marcelo, que bravamente defendeu a honra militar e a Pátria.

Que Deus abençoe São Tomé e Príncipe!

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Para que não se repita, hoje não há lugar para declarações políticas, não há lugar para se discutir os últimos acontecimentos, como reconheceu o Sr. Líder. Temos uma Conferência de Líderes agendada, para nós marcarmos uma plenária, para se analisar a questão.

Para que não se repita, gostaria de informar às Sras. e aos Srs. Deputados que se cinjam só e somente no Programa do Governo. Se tiverem algo à volta, tudo bem. Se não tiverem, tudo bem também, vamos terminar na mesma. Mas não entremos, por favor, nas questões dos últimos acontecimentos.

Muito obrigada.

Por enquanto, não temos mais inscritos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Obrigado, Sra. Presidente.

Antes, gostaria de dizer que eu não saí da Sala, ouvi de início ao fim, com muita atenção, tudo que se disse. Eu digo isso para depois não ser interrompido.

Eu ouvi e contei os minutos que se deu a tudo, a todos os assuntos dos últimos acontecimentos e assuntos sobre o Programa do Governo.

Uma voz: — Muito bem.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — O Sr. Deputado não foi claro e não percebi. Repita, por favor.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Eu disse que quando a Bancada do MLSTP/PSD saiu da Sala, eu não saí.

A Sra. **Presidente**: — Certo. Ok.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — E é isso que eu quis dizer. E eu ouvi tudo.

A Sra. **Presidente**: — Nós sabemos.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Ok, é isso.

Murmúrios.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Eu preparei essa intervenção para 2 minutos, que é o tempo...

A Sra. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem 7 minutos.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Deixa-me acabar, Sra. Presidente. Deixa-me falar. Controla só os trabalhos. Estou no uso da palavra, não me interrompa, por favor.

A Sra. **Presidente**: — Força, Sr. Deputado.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Eu vim preparado para uma intervenção de 2 minutos, porque normalmente são 2 minutos que eu tenho. Eu fiquei muito satisfeito, porque eu não queria pedir minutos a nenhuma bancada, e nem ao Governo, para esta minha intervenção. E quando eu vi 7 minutos, eu disse, «bom, eu acho que vai ser suficiente para esta minha intervenção».

Eu gostaria de dirigir-me a todos os são-tomenses, todos os são-tomenses sem excepção, de todos os quadrantes políticos, e todos que não têm partidos políticos, dentro e fora do País. A pergunta é: nós que somos são-tomenses, nascidos, crescidos, vividos e que ficaremos aqui no futuro, ...

O Sr. **Afonso Varela** (ADI): — Os são-tomenses que estão fora não são são-tomenses?

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — ...que estão fora e que estão dentro, eu falei.

É este o País que nós queremos? E eu não faço esta pergunta só hoje. Quem me vem escutando há anos sabe que eu venho falando disto. Que o rumo que o nosso país está a tomar é um rumo de precipício colectivo.

Eu tenho irmãos em todos os partidos, tenho familiares em todos os partidos, tenho filhos que poderão vir a estar em todos os partidos.

A Sra. **Presidente**: — Programa do Governo, se faz favor. Vamos cingir-nos ao Programa.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Eu volto a dizer, ouvi com atenção tudo que se disse. Eu vou terminar já, não vou falar muito, mas esta pergunta tem que ser feita. E eu estou a apelar, não vim com um discurso de boca para fora, mas de coração: é isso que nós queremos para São Tomé e Príncipe, honestamente?

Nós brincamos na escola primária «fogo quemá món», «fogo quemá món», aqui neste país. Nós fomos ao mato de jaca, de cajamanga e nós crescemos a jogar à bola. É isso que nós queremos para São Tomé e Príncipe?

Risos do ADI.

Podem rir!

Eu disse que tenho um sonho e o meu sonho está de pé.

Uma voz: — É melhor cortar.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Meu sonho está de pé. Nós temos que nos sentar. Eu estou a falar a sério, minha gente! Nós temos que nos sentar todos.

Eu usei da palavra e falei com o malgrado Presidente, na altura ainda em exercício, sobre isso. Quando o Presidente Vila Nova tomou posse, também usei da palavra, no púlpito e disse-lhe que ele era a única personalidade em São Tomé e Príncipe que podia unir todos os são-tomenses, para nós conversarmos e falarmos do nosso país.

Nós temos que abraçar a paz, não de boca para fora. Nós temos que abraçar a união e a concórdia nacional. Não à vingança, não ao ódio, não é só hoje que estou a dizer isso, porque não há nada que dure para sempre.

Uma voz: — É uma ameaça?

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Não é ameaça.

Estou a dizer que devemos sentar, minha gente.

Para terminar, Sra. Presidente, se é preciso tirar a vida ao Levy Nazaré, para os são-tomenses sentarem-se à mesa, podem tirar.

Murmúrios.

A Sra. **Presidente**: — Sr. Deputado, Sr. Deputado...

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Se é preciso tirar a vida ao Levy Nazaré, para os são-tomenses ficarem sentados na mesma mesa, podem tirar. Podem tirar tudo que eu tenho.

A Sra. **Presidente**: — Sr. Deputado Levy Nazaré...

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Podem tirar tudo o que eu tenho, bens materiais, podem tirar-me a vida, mas jamais vão tirar a minha liberdade e a minha forma de pensar.

A Sra. **Presidente**: — Por favor, cortem o som ao Sr. Deputado.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — É isso que eu gostaria de dizer. Que essa pergunta não fique só para os Srs. Deputados, mas para todo povo que me está a escutar, todo povo de São Tomé e Príncipe, dentro e fora do País: é este São Tomé e Príncipe que nós queremos?

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Antes de prosseguimos, porque temos mais inscrições, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Levy Nazaré que, nas plenárias normais com agendamento de ordem do dia, temos normalmente 1 hora para cada assunto, mas hoje, que temos ponto único, temos 5 horas para esta discussão. Assim sendo, com distribuição proporcional, afectou-se ao Governo um tempo, igual valor ao Grupo Parlamentar que o sustenta, e foi-se dividindo assim proporcionalmente os 300 minutos para os trabalhos todos. Em outros dias dá-se 1 hora para cada assunto. É por isso que hoje foram-lhe afectados 7 minutos.

Muito obrigada.

A seguir, tem a palavra o Sr. Deputado João Batista.

O Sr. **João Leonardo Batista** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, eu gostaria de dar a minha contribuição, relativamente ao Programa do Governo.

Portanto, a minha intervenção é especificamente para falar do Programa do Governo, pois é este assunto que viemos cá debater. Sr. Primeiro-Ministro, em relação a melhoria do poder de compra das famílias, na página 5, ponto 12, o Governo inseriu aqui «*Eliminar a duplicação de taxa dos serviços prestados pela ENAPORT, relativamente às mercadorias transportadas para a Região Autónoma do Príncipe*». Bem-vindo este ponto, porque a população do Príncipe padece enormemente com o preço de mercadorias que são transportadas para o Príncipe. Até parece que nós que vivemos no Príncipe vivemos num outro país, por causa do preço dos produtos que chegam ao Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, não é só isto que vai fazer baixar os preços das mercadorias no Príncipe. É preciso também haver subvenção dessas mesmas mercadorias, porque um comerciante do Príncipe que vem fazer compras em São Tomé, ele paga o transporte da mercadoria ao porto e paga o transporte marítimo. Ainda assim, quando chega no Príncipe, tem outras despesas com «*monangambas*» e outros. É por isso que ele, de qualquer maneira, tem que aplicar a sua taxa nos produtos que compra aqui em São Tomé. É por isso que os preços dos produtos no Príncipe a cada dia que passa estão a agravar e as pessoas não conseguem.

O meu segundo ponto também, Sr. Primeiro-Ministro, na página 7, «*Melhoria das infra-estruturas de produção e circulação de pessoas e bens, no número 4: «Estabelecer uma política de ligação aérea e marítima entre São Tomé e a Região Autónoma do Príncipe, que garanta a continuidade territorial, num clima de segurança*». Sr. Primeiro-Ministro, nós estamos a 47 anos de independência e não houve um governo ainda com coragem de fazer com que as ilhas sejam ligadas periodicamente. É triste! Em 47 anos, o País é formado por duas ilhas, e a Ilha do Príncipe continua cada vez mais abandonada. Paralelamente a isso, Sr. Primeiro-Ministro, nós temos o problema também de preços de bilhetes de passagem. As pessoas que vivem no Príncipe, ou as pessoas que saem de São Tomé para o Príncipe, pagam acima de 300 euros o preço do bilhete de passagem para uma viagem de 30 minutos. Acima de 300 euros.

É preciso realmente que tomemos conta disto, porque se não a população da Ilha do Príncipe não aguenta. Não há recursos suficientes para que as pessoas consigam realmente deslocar-se a São Tomé, para tratar dos seus negócios, tratar da sua saúde, com o preço do bilhete, e com a dificuldade que está. Neste momento, estamos quase a caminho de 30 dias, sem ligação aérea. Não há avião para o Príncipe, e somos o mesmo País.

Por isso, gostaria que realmente o Governo focasse nisto. No passado, já existia um governo anterior, inclusive publicitaram uma maquete de avião para ligar as ilhas. Isso nunca mais chegou à realidade, nós continuamos no Príncipe isolados. A dupla insularidade cresceu muito mais ainda nos últimos anos, para o Príncipe.

O meu terceiro ponto, Sr. Primeiro-Ministro, é relativamente à saúde, onde realmente está espelhado aqui uma série de medidas que o Governo pretende para este sector. Nós sabemos que a nossa saúde é doentia, mas, Sr. Primeiro-Ministro, eu não vi aqui e gostaria de dar a minha contribuição sobre um aspecto

que eu acho importante para o Sistema de Saúde. Dos pontos todos, eu não vejo o Governo a falar da instalação de uma unidade de hemodiálise.

Nós sabemos o que passam os doentes que têm insuficiência renal, quando vão a Portugal, o tempo que ficam lá para serem tratados. Que se comece a pensar um pouco também na estrutura de instalação de uma unidade de hemodiálise, ao nível do nosso país, para suprir essas questões.

Ainda neste ponto, ponto 4, Sr. Primeiro-Ministro, está-se a falar de «conclusão da construção do bloco operatório do Hospital Manuel Quaresma Dias da Graça», uma obra de mais de 15 anos. Vários governos já passaram por este país e a obra continua há mais de 15 anos, Sr. Primeiro-Ministro! Portanto, em boa hora, o Sr. Primeiro-Ministro alocou essa obra no seu Programa do Governo e nós gostaríamos também que esse assunto fosse, de uma vez por todas, resolvido. Mas também não é só isso, porque o custo de evacuação de doentes para a capital do País é muito elevado. Paralelamente a isso, nós também gostaríamos que os especialistas fossem mais ao Príncipe, para realmente diminuir o custo de evacuação de doentes para São Tomé. Portanto, a questão de saúde é grave, nós já tivemos casos muito graves no Príncipe, e eu sei que as pessoas que já passaram pelo Governo sabem o quanto. Por isso, nós gostaríamos que realmente fosse dada atenção a este aspecto.

Sr. Primeiro-Ministro, fugindo agora um bocadinho da questão do Programa do Governo, mas na esteira do Programa, eu sei que o Governo, neste momento, está na preparação do orçamento, para ser discutido aqui na Assembleia. Queria só fazer uma referência. Houve um sinistro que aconteceu no Príncipe, na comunidade de Ponta do Sol, e nesse mês de Dezembro que vamos entrar vai fazer 4 anos que 12 famílias ficaram desalojadas. Gostaria de fazer referência a isso, para que o Sr. Primeiro-Ministro e o Governo Central se apoderassem disso, porque não é fácil. As pessoas tiveram que construir barracas, para viverem, e outras vivem em casas de família, em más condições.

Por isso, eu gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro, agora na elaboração do seu orçamento, não deixasse esse caso para o Governo Regional, que não tem e não terá realmente condições para o executar. Que esse caso ficasse realmente sob tutela do Governo Central. São 12 famílias sem espaço para viver, há 4 anos. Nós lamentamos isso, porque realmente sabemos que o País não tem condições para muito, mas há prioridade das prioridades.

Gostaria realmente de dar os parabéns pelo Programa, um programa de 4 anos, aqui há várias situações de que o País precisa, o País precisa de tudo, mas o Governo precisa priorizar o que está mais complicado, o que está mais difícil de resolver.

Sr. Primeiro-Ministro, por último, para finalizar, quando tiver que lançar pedras, muitas pedras foram lançadas aqui, mas não chegaram a todas comunidades, estique um pouco mais a mão para Caué, estique um pouco mais a mão para Lembá, dê um passo a mais e estique também para a Região Autónoma do Príncipe.

Obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito Obrigada, Sr. Deputado.
Há mais inscritos? Não temos mais inscritos de momento.
Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, estamos num momento ímpar do ponto de vista político e também social, mas antes de entrar no âmago daquilo que me fez saltar do meu assento para aqui, eu queria evocar o Regimento, para repor a verdade, porque a nossa plenária está a ser transmitida em directo, e o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD fez uma consideração aqui que está fora do Regimento.

No que concerne ao seu pedido do debate de urgência, disse ele que entendia que devia ser prioridade, mas o nosso Regimento é claro quanto à fixação da ordem do dia e quanto à prioridade dos assuntos a serem debatidos. Então, sendo assim, eu peço a todos os Deputados para se aterem ao Regimento, porque o Programa do Governo é, por excelência, prioridade das prioridades e é sequencial o Orçamento de Estado, as Grandes Opções do Plano, e assim por diante.

Uma voz: — Prioridade das prioridades? Isso é defesa.

O Sr. **José António Miguel**: — Ele nem sabe. Vamos ouvir.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Eu venho falar no que concerne à reunião plenária. Todo o resto, Sr. Deputado, entendo onde é a sua escola, nela eu não me alinho.

Eu fico feliz com este Programa do Governo, que o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD considerou de brochura. A Internet está ligada, se calhar ele pode revisita-la e ver o conceito de brochura. Pode ser considerado um pequeno livro. O que mais conta é o que está dentro, porque há muitos livros que foram vendidos na República pela sua capa.

E se nós pegarmos o Programa do anterior governo, em termos de volume, era bem grande, tinha muitas coisas. Quantas páginas?...

Uma voz do ADI: — 60, 70.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Por aí. Era o dobro, quase triplo deste. Como eu não sou muito dado a matemática, só posso dizer que em termos de volume era considerável. Mas o que nós conseguimos, depois de espremer aquele Programa? Nada. E o resultado? O povo sanciona nas urnas. É política, é democracia, é esta a situação.

Fico feliz, quando um partido, na sua campanha, constata aquilo que está a passar o seu povo. É verdade que a guerra da Ucrânia é um facto. É verdade que a pandemia é um facto. Mas não podem ser desculpas eternas, porque todos os países sofrem com a guerra da Ucrânia. Todos os países sofreram e sofrem com a pandemia, mas adoptaram medidas para mitigar a situação de vida da população. É o que neste Programa está traduzido.

Aplausos do ADI.

E de tudo o quanto traz este Programa, que é uma bela brochura, de uma forma concisa, para além da questão de reformas que o País precisa, eu até poderia ficar na página 5, dar-me-ia por satisfeito, o Governo cumpriu estas direcções. Existem eixos, mas o Governo traz direcções, porque nós entendemos que o País precisa de direcção, e de direcção certa. E é neste Programa que está traduzido a direcção certa para São Tomé e Príncipe.

Aplausos do ADI.

E olhando para São Tomé e Príncipe hoje, como disse o Primeiro-Ministro, na altura, na qualidade de Presidente do ADI, qual é o nosso maior problema? A fome. E a fome dá doença. Com fome, as pessoas não dormem. E com todas as consequências que a fome traz. Há muita gente bonita nesta Sala, mas podia ficar mais linda ainda, se tivesse uma refeição em condições. Há muita gente bonita e linda em São Tomé e Príncipe. Vai-se para Portugal e, em 3 meses, é outra coisa. Porquê? Porque nós passamos fome. E este Governo traduz no seu Programa a proposta de solução para esta problemática da fome. Eu fico feliz: «aumentar a produção local e oferta de bens...», eu passo aqui à leitura assim, de uma forma transversal. Nós, muitas vezes, consumimos alguns produtos com a qualidade que todos nós conhecemos. Vemos o esforço do Governo em adoptar instituições, para que nós possamos ter uma alimentação de qualidade, um investimento no programa do CIAT. Nós vemos uma medida. É por isso que eu estava a dizer que não deviam ser sempre desculpa a guerra da Ucrânia e a pandemia.

No que concerne à taxa contributiva das pensões, o que é que o anterior governo propôs? Aumentar de 10 para 14. Uma população a sofrer. E este Governo, o que é que propõe? Cancelar esta medida e manter a de 10. É uma iniciativa boa, ou não é? Estas é que são iniciativas concretas para mitigar o problema da fome da população. Coisas concretas.

Aqui sim, uma excelente brochura. Continuar a alargar os programas virados para o empoderamento das mulheres. Diziam na campanha que se o ADI ganhasse iria cortar as pensões às mães carenciadas. Não. Está cá no Programa, e nós vamos ver isso posteriormente, quer no Orçamento Geral do Estado, quer nas Grandes Opções do Plano. Para todas as mulheres.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

E não é por acaso que o Governo tem um Ministério das Mulheres.
Sra. Ministra, muito bom dia.

Aplausos do ADI.

O Ministério da Saúde esteve sob *umbrella* da minha amiga Deputada Dra. Filomena que, enquanto Ministra, tinha conhecimento, porque estamos a falar sobre a questão da saúde, que a fome também traz doenças. E se traz doenças há consequências para a saúde. E o que é que o Governo propõe para o efeito? Reduzir os custos dos exames médicos nos hospitais e centros de saúde. É ou não uma medida virada para a população e para o bem-estar da população? Coisas concretas.

Sr. Primeiro-Ministro, excelente brochura.

Eu também estou muito satisfeito e quero subscrever a contribuição do Sr. Deputado da Região Autónoma do Príncipe, o Sr. Deputado João Batista. De facto, uma atenção especial à Região Autónoma do Príncipe, no que concerne à dupla insularidade, por um lado, e também às taxas que pagam, por outro. Quando o Governo traz isso, eu fico muito feliz. O senhor leu o documento e está por dentro disso. Os meus parabéns, e a nossa expectativa.

Na introdução, o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD disse que gostaria de trazer contribuições para a melhoria. Se alguém quer contribuir para o bem-estar de São Tomé e Príncipe, não se discute o Programa do Governo todos os anos. Este é o momento. Ou contribui agora, ou não contribui nunca. Este é o momento para contribuir, se quiser ver o País melhor. Mas pelo andar da carruagem, pelas suas palavras, e não pelas minhas, o senhor está a demonstrar que não está disponível para contribuir.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.
Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, bom dia e votos de um excelente trabalho, em prol do desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Gostaria de felicitar o Governo por esta brochura, como os outros a trataram, mas é uma brochura completa, que espelha todas as preocupações do povo. É uma excelente brochura. Tive a oportunidade de ler e relê-la. Tratam-na como brochura, os senhores é que sabem, mas o essencial é o que está aqui e que fazamos votos de que o Governo consiga dar resposta, porque a população está à espera de todos nós.

Gostaria de frisar o que está na página 15, no ponto 4, «Trabalho e Protecção Social». Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, nós temos uma preocupação, eu pessoalmente, Alda, fui falando, na legislatura finda, com relação à situação dos meninos de rua. É uma situação altamente preocupante, e os Srs. Deputados sabem que eu fui falando muito sobre esta situação, porque a cada dia que passa nós estamos a ter um maior número de meninos de rua. Portanto, isto não fica bem para a nossa sociedade, não fomos habituados a esta prática. É uma questão bastante relevante, que nós todos devemos preocupar-nos com ela. Não é bom estarmos aí a ver miúdos a dormirem nas ruas, ali ao pé da *roulotte*, perto da EMAE. É chocante para todos que são pais, mãe e pai. Daí que eu gostaria que fosse talvez, no ponto 6, reforçar a protecção com rigor para a recolha dos meninos de rua. Portanto não vi aqui, mas se calhar não ia caber todos estes detalhes, mas é só para chamar atenção que é uma prioridade. Cada vez que se vai ao CKDO, estão ali meninos de rua, a reclamarem, a pedirem. Vai-se ali para os lados da EMAE à noite, a mesma coisa. É de lamentar, e nós devemos dar uma atenção muito especial a esta situação.

Na página 23, fico também feliz, quando o Programa fala de «responsabilidade e coesão social». Nós continuamos também a ter problemas, podemos assim considerar, com a instituição família. Portanto, se nós conseguirmos dar resposta a esta instituição, voltarmos a reorganizá-la, se calhar poderemos minimizar

essa questão de meninos de rua. Portanto, gostaria de apelar e contar com a resposta do Governo e também de todos nós Deputados, para nos debruçarmos sobre esse ponto. Se nós não tivermos uma família bem organizada, nós não conseguiremos ter um país com o crescimento que pretendemos.

Muito obrigada.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada Alda Ramos.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Obrigado, Sra. Presidente.

De facto, o debate sobre o Programa do Governo é importante. O Programa do Governo será o ponto de partida para os nossos trabalhos durante 4 anos e gostaríamos de agradecer a todos aqueles que poderão aqui contribuir, no sentido de enriquecer e chamar atenção ao Governo para algumas omissões e insistir sobre outros aspectos que cada um aqui como representante do povo achar mais pertinente. Depois desta fase, o Governo se sentirá mais confortável para aplicar o seu Programa. Por isso, peço a vossa indulgência e compreensão, porque nós estamos há 15 dias, um pouco mais, da tomada de posse do Governo e entregamos este documento 10 dias depois. Quer dizer, no dia 24.

Aplausos do ADI.

E o fizemos, porque nós percebemos que o País precisa de respostas urgentes. Por isso, nós assumimos tudo desde o dia 14. Assumimos com as equipas que nós encontramos. A EMAE continua a ser a EMAE que o governo anterior nomeou. O Banco Central continua a ser o Banco Central que o governo anterior nomeou. As chefias militares foram nomeadas pelo governo anterior. A Polícia, toda ela, foi nomeada pelo Governo anterior. Os Serviços de Informações foram nomeados pelo governo anterior, bem como a Segurança Social e o Hospital. Mas eu ainda quero acreditar que todos aqueles que foram nomeados pelo governo anterior têm uma alta noção de responsabilidade e de Serviço ao Estado e à Pátria. Daí que não é o momento para abordarmos certas questões sérias com ligeireza. Contudo, eu gostaria de passar a responder a algumas questões que foram levantadas.

Primeiro, à Deputada Alda, dizer que sim. Esta questão dos meninos de rua foi discutida no seio do Governo, mas no momento da redacção final escapou-nos, e a Ministra da Justiça é testemunha disso.

Dizer também que a instituição família, como é vista pelo Governo, é uma instituição que assenta na mulher. Nós consideramos que a mulher são-tomense é o pilar,...

Aplausos do ADI.

... é mãe, é pai, é muitas vezes a única que sustenta a família, e é educadora. Nós pensamos que sim, se conseguirmos fazer com que os direitos da mulher se tornem efectivos e práticos no dia-a-dia, então, sim, a família irá tornar-se melhor. Muitas mulheres são mães solteiras, muitas mulheres são abandonadas, maltratadas. Então, se conseguirmos reforçar os seus direitos e a sua capacidade financeira, estamos convencidos de que a família são-tomense ficará melhor.

Sr. Deputado João Batista, eu ia dizer Pená, porque o conheço como Pená, pode estar convencido de que nós vamos fazer tudo para que o nosso país seja realmente São Tomé e Príncipe. A subvenção é aquilo que nós encontramos agora, mas iremos discutir com a Região Autónoma outros mecanismos. E com a sua experiência aqui demonstrada, sabemos que há outros problemas. Uma das pistas é termos armazéns no Príncipe, grossistas, mas tudo isso será feito em concertação com as autoridades regionais.

Quanto à ligação aérea, estamos um pouco mais convencidos de que iremos evoluir rapidamente, não só pela regularidade da linha, mas tendo pelo menos 2 operadores, que vão evitar ruptura, quando algum equipamento der algum problema. E quanto ao custo, as primeiras experiências que nós tivemos com esse período de 30 dias sem ligação, deixa-nos também optimistas de que poderemos ter um custo inferior aos 200 euros, ida e volta.

Não se falou de hemodiálise no Programa, porque no projecto que nós conhecíamos do hospital de referência integrava já a hemodiálise. Por isso, este projecto também sofreu evolução, dentro de dias

daremos conhecimento da nova versão do projecto e eu acredito que a hemodiálise está lá. E para ficarmos bem esclarecidos sobre isso, não poderemos ter hemodiálise no Príncipe, teremos hemodiálise em São Tomé, e na mesma haverá o problema de afastamento das pessoas, em relação a esta matéria.

Quanto ao hospital e ao bloco operatório, temos que assumir todas essas responsabilidades. Eu lembro-me do cabouco feito em 2008. Naquela altura, já se tinha gasto 300 000 dólares. Durante 4 anos, o XVI Governo não acabou também a obra. Ela evoluiu um pouco, mas não acabou. Tem que acabar.

Por isso, o Sr. Deputado lançou-nos um desafio, para ver se desta vez finalizamos de facto o hospital e sobretudo o bloco operatório.

Como disse também, quer em São Tomé, quer no Príncipe, os médicos têm que visitar mais frequentemente as populações, de modo que quando elas chegam ao hospital, não seja só para morrer ou para ser evacuadas, para São Tomé ou para o estrangeiro. Está no Programa do Governo um Sistema Nacional de Saúde que seja mais próximo das pessoas.

Em relação a casas para as 12 famílias da comunidade de Ponta de Sol, nós vimos que havia algo em curso, já com um parceiro da indústria petrolífera. Segundo informações de que dispomos, houve algumas dificuldades quanto ao valor de cada casa, mas nós pensamos que com o dossier que já temos em mãos, dentro de pouco tempo, em concertação com o Governo Regional, poderemos avançar, porque os fundos estão disponíveis. E se nós fizermos uma boa gestão desse fundo, eu creio que talvez poderemos pôr mais que 12 casas lá na Ponta de Sol ou onde o Governo Regional bem entender.

Quanto à intervenção do Deputado Abnildo d'Oliveira, não tenho comentários, muito obrigado pela sua apresentação.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro.

O debate prossegue.

Desta feita, tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel, para a sua intervenção.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Assembleia Nacional, da Comunicação Social, bem como toda população de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Eu começaria por dizer que o Grupo Parlamentar do ADI reafirma a sua firme vontade de discutir este Programa do Governo, por ser um partido sério, com responsabilidade. Nós sabemos que qualquer Governo só continua as suas funções depois de ter o seu Programa apresentado aqui na Assembleia Nacional. Logo, se nós quisermos que o País saia da situação em que se encontra, precisamos aprovar o Programa do Governo e contribuir para que este Programa seja efectivado. Trata-se de um Programa diferente, que assustou algumas pessoas, mas é um Programa coerente, simples, com direcções e não, como dizia aqui um colega, com eixos, como estamos acostumados, muito dos quais nem se conseguia alcançar. Uns e outros até conseguiam, mas a maioria da população são-tomense não conseguiam ou não tinham conhecimento deles. Ao contrário, este Programa é simples, pragmático, com metas alcançáveis, metas que temos a certeza de que, com o apoio de todos, conseguiremos alcançar.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, eu gostaria de felicitá-lo, porque foi capaz de apresentar um Programa simples, com planos de emergência, e é exactamente isso que nós estávamos à espera, porque o País entrou numa situação em que é preciso termos um plano de emergência para o salvar.

Eu dizia que o XVIII Governo está em funções há bem pouco tempo, herdou de facto as situações que nós vimos aqui hoje. Sessões plenárias com atrasos, foi herança, e é preciso trabalharmos para debelarmos essas situações. Para isso, nós estamos disponíveis para contribuir, para que se consiga resolver estas situações.

Quem anda por São Tomé e Príncipe sabe que o poder de compra da nossa população está muito baixo. As pessoas não têm dinheiro, e é preciso avançarmos para um plano de emergência, para vermos a questão de melhorias de poder de compra das famílias. Na verdade, as famílias encontram-se numa

situação extremamente difícil.

Outro aspecto importante, é verdade que todos são importantes, nós temos a questão de melhoria, rigor e eficácia na gestão da coisa pública. E o Governo deu sinais claros de que quer trabalhar na perspectiva de melhorar a gestão da coisa pública. Nós temos que olhar para a coisa pública como nossa, e sabermos que há esses bens públicos que estão ao nosso serviço, mas que devem servir também...

Sr. Primeiro-Ministro, nós estaremos cá disponíveis para ajudar e temos quase a certeza de que o que está nestas metas, nestas direcções que o Governo pretende alcançar, estará presente no Orçamento Geral do Estado e nas Grandes Opções do Plano, para que o País possa começar a dar passos rumo à melhoria das condições de vida da população.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado José António Miguel, Líder Parlamentar do ADI. Vamos prosseguir.

Tem a palavra a Sra. Deputada Etelmiza Pires.

A Sra. **Etelmiza Pires** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Membros do Governo, Caras e Caros Deputados, bom dia.

Tive o prazer de ler o Programa e vi que é um Programa com cabeça, tronco e membros,...

Aplausos do ADI.

Uma voz do ADI: — Muito bem, muito bem.

A Sra. **Etelmiza Pires** (ADI): — ... um Programa direccionado para povo pequeno, um Programa direccionado para o povo que precisa.

Quanto aos aspectos que constam no Programa, são vários e todos de interesse da população são-tomense. Não posso aqui citar todos.

Sr. Primeiro-Ministro, um dos pontos que me preocupa bastante está citado na página 7, que se refere a «mapear as infra-estruturas rodoviárias e realizar intervenções de emergência nas diversas vias de comunicações». Excelência, no Distrito de Lobata, temos uma comunidade que sofre bastante com esta situação, há vários anos. Eu aqui quero apelar ao Governo que faça algo por aquela população do Distrito de Lobata, nomeadamente a de Vila Braga. Temos lá crianças que se deslocam à cidade de Guadalupe para estudar, temos lá mulheres que se deslocam para fazer os seus negócios. Com aquelas vias de acesso, elas correm risco de vida, ao andarem de motoqueiros. Então, quero pedir ao Governo veja a situação daquela localidade também.

Sr. Primeiro-Ministro, em relação à Educação, se a memória não me falha, em 2016, no XVI Governo, a Educação era para todos, porque todas crianças tinham acesso a bolsas de estudo. Todas crianças são-tomenses, de todos os cantos do País, viajavam para fazer as suas formações. Quem não viajava, tinha outras oportunidades. Vamos ver para as nossas crianças que terminam o 12.º ano. Aquelas que não têm como viajar, que se arranje um método, de modo que elas não parem de estudar. Que fizessem alguma coisa, mesmo no País.

Com relação à saúde, no Distrito de Lobata, temos um médico que faz consultas, por vezes passa-nos análises e exames, mas nem toda gente tem a possibilidade de se deslocar, para fazer análises e exames fora do Distrito. Tem-se que fazer na capital e isso tem custo. Que visse essa situação, de modo que a população possa fazer as suas análises e consultas lá, para minimizar a situação da população.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada Etelmiza Pires. Chamo agora o Sr. Deputado Edmilson Amoço.

O Sr. **Edmilson Amoço** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, tive a oportunidade e a curiosidade de devorar este Programa do Governo,...

Vozes do ADI: — Muito bem.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Edmilson Amoço** (ADI): — ... e deixe-me dizer algo a Sua Excelência: a juventude orgulha-se em ter um Programa do Governo moderno, criativo, jovem e que de facto vai ao encontro das necessidades do País.

Aplausos do ADI.

São Tomé e Príncipe atravessa um momento crítico, necessitando de se reformar, enquanto lida com os desafios da subida de preços de produtos alimentares, de cortes constantes de energia eléctrica, da degradação de prestação de serviços públicos. Daí que o Programa deixa a juventude bastante satisfeita.

Sr. Primeiro-Ministro, a natureza dos desafios que enfrentamos agora realmente nos remete a um novo tipo de são-tomense,...

Aplausos do ADI.

... com um novo tipo de responsabilidade, novo pensamento, novas ideias e inovações.

Este Programa é predominantemente pragmático no seu teor e direcções, porque este não é o momento para mais um programa, é o momento de agir.

Há um caso interessante que eu gostaria de trazer ao público, que está muito bem espelhado neste Programa, que é o «Programa de estágio para a juventude, em parceria com o sector Privado». Para um País em que a cada ano existem muitos licenciados, cujas habilidades são desperdiçadas, é realmente importante haver um programa de estágio para a juventude, inclusive até para quebrar esses comentários que normalmente as pessoas que querem contratar a juventude têm: «é novo, é garoto, não tem experiência.» Por isso é que com esse programa, realmente, a juventude vai adquirir experiências, porque nós é que somos herdeiros dessas instituições. Daí que é muito importante estarmos expostos a essas instituições, para começarmos a tomar contacto com a coisa.

Para terminar, este último ponto remete-me a mais uma reflexão: a oportunidade dada pela liderança do Dr. Patrice Trovoada a um jovem de 22 anos, para estar aqui na Assembleia a defender os interesses da juventude.

Aplausos do ADI.

Uma voz do ADI: — Muito bem, muito bem.

O Sr. **Edmilson Amoço** (ADI): — Para terminar mesmo...

Risos.

... Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, isto é o futuro de uma nação. Daí que, com esperança, desejo-vos muita dedicação, trabalho, inconformismo, porque o futuro de São Tomé e Príncipe depende da implementação, com sucesso, deste Programa.

Muito brigado a todos.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — *Eláccio está a aprender, não é? Assim é que um jovem fala.*

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado Edmilson Amoço.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lourenço Freitas.

O Sr. **Lourenço Freitas** (ADI/Diáspora África): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, felicito a todos nesta Casa Parlamentar com a bendita paz do nosso Sr. Jesus Cristo, porque, pela misericórdia do Criador, ainda temos a oportunidade de hoje estar aqui a discutir o Programa do Governo. Sendo de outro jeito, não teríamos tido esta oportunidade, dado os acontecimentos que ainda temos na memória, de há bem pouco tempo.

Quero, em nome de toda a diáspora, em particular do Círculo Africano, do qual faço parte e tenho uma experiência vasta, com mais de duas décadas e meia de convivência, e pude constatar várias dificuldades que temos, dificuldade de inclusão e outras mais. Eu trouxe na minha bagagem um conjunto de informações, fruto de colheitas na época das campanhas e não só, refiro-me às campanhas, porque é a época na qual tive a oportunidade de andar em muitos bairros periféricos de Angola e tomei contacto com factos reais da nossa população na diáspora. São muitos casos. Chegando aqui e tendo em minhas mãos este abençoado Programa do Governo, fez silenciar, obviamente, tudo o que trazia na bagagem, uma vez que temos um Programa bastante objectivo e com inclusão dos da diáspora, para fazerem parte da nova governação.

Aplausos do ADI.

Quero felicitar os membros do Governo, à cabeça o Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Patrice Emery Trovoada, pelo Programa elaborado. Em nome de toda a comunidade da diáspora, quero manifestar aqui nesta Casa Parlamentar a nossa disponibilidade em trabalhar com o Governo, para que possamos juntos alcançar o São Tomé e Príncipe melhor que todos almejamos.

Sem querer salientar muito, mas quero tocar num ponto deste Programa que deve ser visto com alguma, posso até dizer, ignorância de alguns, de não querer analisar com profundidade este Programa tão curto e bastante objectivo que toca nos pontos vitais das necessidades das nossas populações, não só cá como também na diáspora. É o momento de reflexão, de discutirmos este Programa, deixando de má-fé, de pensar em nós, mas pensar em todo o São Tomé e Príncipe.

Aplausos do ADI.

O pensar em nós desde início da nossa independência trouxe-nos divisões, ódio, várias divergências, com que vivemos e convivemos até a data de hoje. Mas é chegado o momento de todos nós pormos a mão na balança da consciência e vemos que somos apenas, cada vez que formos chamados para governar, um gestor da coisa pública e não os donos, como alguns pensam. O gestor da coisa pública tem a responsabilidades de gerir e prestar contas, porque isso não é só dos tempos de hoje. Quando Deus fez os céus e a terra, deu a Adão e Eva o Jardim do Éden para gerir, jamais disse que era deles. Infelizmente, a ganância cegou-nos e pegamos nas coisas, fazemos como o nosso bem pessoal e não pensamos na população que mais sofre, e as consequências devastadoras são bem visíveis.

Precisamos lutar para um São Tomé e Príncipe melhor, deixando de olhar para o Programa do Governo como um Programa feito por um inimigo, mas sim por um adversário político que elaborou um programa bastante pertinente, que tocou nos pontos vitais emergentes que o povo precisa.

Quero terminar a minha intervenção, felicitando todos os membros do Governo, na pessoa do Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Dr. Patrice Trovoada, e rogar a Deus que abençoe este Governo, para que todos juntos possamos conduzir este barco a bom porto.

Que Deus abençoe São Tomé e Príncipe.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Lourenço Freitas.

Tem a palavra o Sr. Deputado da diáspora, eleito pelo Círculo Eleitoral da Europa, Jozino Veiga, para uma intervenção.

O Sr. **Jozino Veiga** (ADI/Diáspora Europa): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Membros do Governo, Colegas e Caros Deputados.

Não poderia também deixar de unir a minha voz ao do colega Deputado Edmilson para felicitar o Sr. Primeiro-Ministro e Líder do Partido ADI pela confiança na juventude.

Desde a fase das eleições o Sr. Primeiro-Ministro sempre valorizou a juventude. E eu digo que este Programa também é rico. De facto não é seguir a carroça, mas quem leu o Programa e inteirou-se dele sabe realmente como é importante.

Tocando na questão da diáspora, na qual fui eleito e hoje estou cá para defender, fomos trocando ideias com o Líder do Partido ADI, e na qualidade de Deputado nacional de todos os são-tomenses, porque muitas vezes confundimos a nossa posição, não somos somente Deputados da diáspora, somos Deputados da Nação, então temos que defender o povo de São Tomé e Príncipe. Tudo que fomos discutindo e prometendo durante a campanha está espelhado no Programa do Governo para a diáspora, desde a questão de estudo, para entendermos quem é quem, onde estamos, o que fazemos. Porque de facto a questão da deputação para a diáspora é uma matéria nova. Antes de qualquer coisa, temos que fazer um estudo realmente para entendermos o real alcance ou situação nossa enquanto emigrantes.

Outro ponto importante é incentivar os emigrantes a investir em São Tomé e Príncipe. Temos os nossos emigrantes que, quando estão na Europa, pensam somente em comprar casas na Europa, esquecendo-se do nosso país. Os nossos irmãos cabo-verdianos não são assim. Então, se calhar, vamos começar a pensar também em desenvolver o nosso São Tomé e Príncipe, deixar de criticar somente e trabalhar.

Outra questão muito importante, Sr. Primeiro-Ministro, é urgente ver a questão das embaixadas na Europa, sobretudo em Portugal. A nossa população pede, é necessário fazer reformas desde o quadro técnico administrativo, até mesmo a forma de atendimento e algumas necessidades que realmente temos na Europa, sobretudo em termos de documentos, está no Programa do Governo. Alguns documentos que precisamos de forma urgente, para legalização, temos que depender muitas vezes de São Tomé e Príncipe e demora muito tempo. Muitas pessoas às vezes perdem a oportunidade até de fazer manifestação de interesse, num período considerado.

E outra questão muito importante que vejo aqui é a criação do fórum da diáspora, mas penso que já havíamos falado na criação de um conselho da diáspora, de forma que todos os são-tomenses na diáspora possam dar a sua contribuição nas decisões importantes, para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Então, Sr. Primeiro-Ministro, todo o Governo, meus parabéns pelo Programa e pela forma como a questão da diáspora é transversal.

Convido todos à página 5, ponto 6, onde se fala de pescado. Estamos sempre a chorar fome e há uma coisa que está neste Programa que é de capital importância para nós. Temos banana, fruta e o Governo tem um acordo com a União Europeia (UE) para o pescado, penso que é somente para atuns, mas normalmente esses barcos pescam também outras faunas. É necessário de facto dar uma atenção especial a isso e arranjar uma solução para trazer todo os outros peixes para comermos, porque temos mar, peixes, temos fruta e banana.

Outra questão importante é como o Governo tem dado atenção às mulheres, nossas mães e filhas. Sobretudo em São Tomé e Príncipe, as nossas mulheres são super chefes de família e temos o fenómeno de mães solteiras.

No ponto 9, página 5, tratamos um bocado o assunto de medicamentos e produtos de higiene para crianças e mulheres. Muito bem, Sr. Primeiro-Ministro, muito bem Governo, estamos aqui para defender este Programa que julgamos ser de capital importância para o povo de São Tomé e Príncipe e também convidamos todos aqueles que realmente sentem que são são-tomenses, para de facto dar força e defender com garras e dentes aquilo que o Governo propõe, as direcções, as soluções.

Somos um partido de soluções. De facto, represento o Grupo Parlamentar do ADI, mas enquanto defensor do povo são-tomense, primo pelas soluções.

Obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Jozino Veiga.
Tem a palavra o Sr. Deputado Messias Pereira, eleito na Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, elenco do Governo, Sras. e Srs. Deputados, São Tomé e Príncipe, bom dia.

Ao ter acesso ao Programa do Governo, pela situação gritante que a Região Autónoma do Príncipe atravessa, a primeira coisa que fiz foi procurar o que diz respeito à Região Autónoma do Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, apenas por incluir a Região Autónoma do Príncipe no plano de emergência para o seu Governo na linguagem digital, já merece um *like*.

Obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do ADI.

O Sr. Deputado que me antecedeu, não o da diáspora, mas Deputado João Leonardo, foi ligeiro, bastante ligeiro, ao frisar as dificuldades que a Região Autónoma do Príncipe atravessa. A coisa é mais grave, muito mais grave. A Região Autónoma do Príncipe sofre dos mesmos problemas que São Tomé e Príncipe sofre, é verdade, mas em São Tomé não se compra um litro de gasolina a 100 dobras, um tomate a 20 dobras. Há dias, passei numa zona aqui em São Tomé, na minha estadia e vi uma carteira de ovos a vender a 130 dobras. No Príncipe, custa 300 dobras. O custo de vida é gritante para a população de São Tomé e Príncipe, mas para a população do Príncipe é dramática.

Sr. Primeiro-Ministro, peço aqui, em nome da população da Região Autónoma do Príncipe, que use equidade na distribuição das oportunidades e das riquezas de São Tomé e Príncipe para todo o povo de São Tomé e Príncipe. Sabemos que todo São Tomé e Príncipe: Lembá, Caué, Água Grande e a Região Autónoma do Príncipe padecem de grandes dificuldades, mas use a equidade para poder solucionar os problemas de São Tomé e Príncipe.

Para terminar, quero realçar aqui algo que tenho constatado nos últimos tempos: o êxodo da população jovem de São Tomé e Príncipe para o exterior. Crie formas de fixar a população produtiva, a população jovem de São Tomé e Príncipe em São Tomé e Príncipe, porque aqui eles fazem falta. Só com esses jovens aqui em São Tomé e Príncipe podemos construir um São Tomé e Príncipe melhor e um São Tomé e Príncipe para todos.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Messias Pereira.

Temos o último inscrito, que é o Sr. Deputado Pedro Carvalho.

Tem a palavra.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Analisei o programa e, de facto, como já disseram algumas pessoas que me antecederam, a discussão do Programa é uma oportunidade ímpar para falarmos sobre algumas coisas, acrescentarmos coisas que não constam no Programa. Precisamente este ano, refiro-me ao poder local, mas confesso que não vi espelhado aqui no Programa, vamos celebrar 30 anos da implementação do poder local. E, pelo facto de gostar das Câmaras, quero aqui chamar atenção e tenho a certeza de que provavelmente nas Grandes Opções do Plano estarão espelhadas essas minhas preocupações. Para dizer que, hoje, a questão de recolha de resíduos sólidos é um desiderato nacional. Fui eleito pelo Círculo Eleitoral de Cantagalo, mas sou de Água Grande e vejo as «ginásticas» que as Câmaras fazem para a recolha dos resíduos.

Ainda ontem pudemos ver isso. Portanto, acho que o Governo tem que abraçar isso como uma causa nacional.

Digo isso porque tive a oportunidade de trabalhar numa edilidade camararia, se estiver a mentir o Sr. ex-Presidente da Câmara de Água Grande, o Deputado Ekeneide dos Santos, que me corrija, cerca de 90% dos nossos resíduos são sólidos. O que quero dizer com isso? São resíduos que podemos transformar. Junto ao Ministério da Agricultura, acho que podemos aproveitar esses resíduos. E para não dizer que aquilo que temos em Penha, não sei como caracterizar, há um Engenheiro Químico na Sala, não sei se aquilo é vazador ou uma incineradora, aquilo é tudo menos,... acho que temos que dar uma especial atenção, sobretudo, por questões de saúde pública.

Uma outra questão, aqui onde fala sobre o mapeamento das rodoviárias, por ter sido eleito no Círculo Eleitoral de Cantagalo, há um corredor que chamamos corredor da banana, refiro-me ao corredor de Mato Cana até Claudino Faro. Aqueles concidadãos nossos que vivem lá, se um dia ousarem cortar aquela estrada, o preço da banana aqui na cidade irá disparar ou muita gente não irá comer banana. Não sei ao

certo quantos quilómetros, estamos a falar de cerca de 18 Km, o Sr. Primeiro-Ministro conhece perfeitamente. Tornar aquela via transitável, acho que é uma coisa prioritária.

Por último, vejo aqui as medidas de contenção das chamadas viaturas do Estado. Quero que nos próximos tempos tenhamos a capacidade de fazer um estudo e chegarmos a um período e dizer que com essa medida conseguimos poupar algum valor, que poderá ser usado para outras coisas.

Esta é a minha contribuição.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Pedro Carvalho.

Esgotadas que estão as inscrições,... Sra. Deputada Beatriz Azevedo, vamos concertar com o Governo, se quer fazer alguma intervenção agora neste momento ou se aceitamos mais uma intervenção, para depois o Governo intervir. Posso aceitar mais uma?

Tem a palavra a Sra. Líder Parlamentar do MCI/PS-PUN, Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e os Ministros que compõem o XVIII Governo Constitucional, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de cumprimentar a todas e todos.

Ainda na esteira dos cumprimentos, gostaria de felicitar publicamente o Sr. Primeiro-Ministro, o Dr. Patrice Emery Trovoada, já o fiz em nome do Grupo Parlamentar do MCI/PS-PUN. Quero aqui agradecer-lo pela forma como constituiu o seu Governo, conectando homens e mulheres. É isso, sim, que diz a paridade, é isso, sim, que diz o género.

Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, pude estudar atentamente o Programa do Governo e, para não repetir o mesmo que as caras e os caros Deputados que me antecederam disseram, eu só gostaria de frisar que, na página 15, ponto 4.4., fala-se de trabalho e protecção social. A nível deste assunto, talvez por causa urgência para a apresentação do Programa do Governo, eu vi que muito pouca coisa foi mencionada. Aqui no ponto 4, onde diz: «Alargamento e reforço do acesso aos cuidados e protecção dos idosos», gostaria também de acrescentar, e não só, como disse a Deputada Alda, no caso dos meninos de rua, que também pudéssemos acrescentar uma franja da nossa população, que são as pessoas com deficiência. Nós sabemos que o nosso país nunca teve e até agora não tem nenhuma orientação nas nossas estradas, para o caso de pessoas com cegueira, de forma que elas possam se movimentar livremente. Já que nós estamos a discutir um Programa para 4 anos, gostaria que tivéssemos em atenção essa franja da população. Não são poucas pessoas com deficiência aqui em São Tomé e Príncipe. Se puder fazer algo para aquelas pessoas com deficiência, porque nós sabemos que muitos deficientes não têm acesso à escola e ao emprego. Há uma grande injustiça social para com essas pessoas que não têm quem os possa socorrer, caso algo aconteça.

Gostaria de dizer que no dia 3 de Dezembro a Associação dos Cegos e Amblíopes de São Tomé e Príncipe comemorará o seu aniversário, a data do surgimento da associação, e gostaria de convidar o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco para visitar a sede da associação. Lá, eles poderão dizer aquilo que sentem na alma.

Sem mais delongas, gostaria de agradecer mais uma vez.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada Beatriz Azevedo, Líder Parlamentar do MCI/PS-PUN.

Agora sim, estão esgotadas as intervenções e convido o Governo a fazer a sua.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Líder Parlamentar, Deputada Beatriz Azevedo, de facto esta questão dos deficientes foi aflorada no plano de emergência, mas unicamente no aspecto de pagamento dos subsídios. Nós tomamos boa nota, em termos de políticas e de estabelecimento de uma série de normas que possam de facto conduzir à inclusão de deficientes nas nossas vidas todos os dias. Na página 5, ponto 8, temos só a questão do

pagamento de subsídios, mas não é só isso evidentemente que é a questão dos deficientes.

Eu penso que com as intervenções de dois Deputados da Região Autónoma do Príncipe, e de Bancadas diferentes, estou convencido de que mesmo o Deputado da Região Autónoma do Príncipe da Bancada do MLSTP/PSD subscreve a situação da Região Autónoma do Príncipe.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

De facto, a vida da população da Região Autónoma do Príncipe chega a ser duas ou três vezes mais cara, por isso mais difícil do que a da população de São Tomé. E temos a obrigação de fazer algo, de termos a coragem de tomar decisões, porque o que está em causa é a unidade nacional. Eu chamo atenção a todos, para sermos mais solidários com o Príncipe. Eu penso que existem soluções. Às vezes, quando falamos de subvenção, temos um pouco de medo, o Ministro das Finanças deve estar a tremer, no seu banco, mas podemos encontrar mecanismos, se tivermos boa vontade. Se nos sentarmos e trabalharmos com as autoridades regionais, estou convencido de que poderemos encontrar ou pelo menos dar um sinal de que a Nação está preocupada e está solidária com a parte desta nossa Nação, que é a Região Autónoma do Príncipe.

Aqui abordou-se algumas questões que têm a ver com a infra-estrutura rodoviária, algumas questões que têm a ver com o meio ambiente, algumas questões que têm a ver com a descentralização e a atenção que devemos dar às autarquias, mas aí também quero dizer que não é uma causa perdida. O que faz falta, muitas vezes, é o trabalho, é a eficiência, e não perdermos o foco nos problemas.

Nós temos outros problemas que não foram levantados aqui. Nós temos os problemas dos inertes, areia, pedra. Nós temos o problema dos materiais de construção. Nós temos o problema da qualidade das obras, em que muitas vezes os governos e a comunidade internacional investem em infra-estruturas que nem conseguem viver um terço do tempo que elas deviam viver, e então é um eterno recomeçar. Mas são problemas que nós conhecemos. Por isso, a situação é complicada, mas não é desesperante. O que é preciso é a abordagem que faremos dos problemas. Nós temos um instrumento fundamental que existe há 2 anos, que é o Plano de Ordenamento Territorial. Há 2 anos! Mas nós não estamos a usar esse plano, que é um instrumento fundamental, para sabermos onde é que temos que pôr as estradas, onde é que podemos pôr as escolas, qual é a previsão do crescimento da população, para as infra-estruturas. Nós temos isso tudo. Onde é que podemos cortar mais árvores? Onde é que devemos plantar mais árvores? Nós temos. A comunidade internacional financiou. Por isso, eu creio que o que nos falta e é isso que alguns Deputados aqui disseram, o problema não é a Covid-19, não é a guerra na Ucrânia. O problema somos nós. Toda gente sofre dos mesmos problemas externos, mas internamente temos que trabalhar mais e melhor e aproveitar muito mais do contributo de todos, da comunidade internacional, mas também dos nacionais, que não podem dizer que não conhecem os problemas.

Sobre pistas rurais, temos e falamos. Quando falamos no Programa de mapeamento e do efeito do clima sobre algumas infra-estruturas, é exactamente isso. Nós sabemos que, de Bernardo Faro podemos passar para Mé-Zóchi. Quanto é que nos custa a saída para Mé-Zóchi? Nós sabemos o nível de degradação devido à precipitação das chuvas. Quanto é que nos custa calçar, em vez de terra batida? Nós sabemos que para vir hoje de Lembá, Santa Catarina até à cidade só temos uma estrada. Quanto é que nos custa um desvio, para sair em Cantagalo? Temos que construir o País e deixar de querelas inúteis. É nossa responsabilidade, e a juventude disse aqui. E quando a juventude disse que este Programa é fundamental, não é por ser um Programa do ADI. É porque a juventude já não tem paciência, e nós temos que trabalhar. Por isso, estas questões que foram levantadas aqui, em relação às infra-estruturas, em relação ao lixo, estão plasmadas no Programa e temos a esperança, eu diria que temos quase a certeza, mas vamos falar de esperança, que poderemos dar passos significativos.

Em relação ao poder local, não é só apoiar as Câmaras. É fazer com que, aí fazendo a ligação com aquilo que disse o Deputado do Príncipe, Messias, as pessoas encontrem motivos para ficar no País, para ficar no seu distrito, onde elas nasceram e onde elas querem certamente contribuir.

Quanto à descentralização dos serviços públicos a nível do distrito, nós temos fibra óptica até Porto Alegre. Temos. Pusemos a fibra óptica até Porto Alegre. Quando digo pusemos, os governos, não sei se foi o IV Governo. Pusemos para as instalações turísticas. Mas por quê o Registo não está lá? Por quê alguém de Porto Alegre tem que vir até a cidade, para tratar dos documentos? Existe tecnologia, existe fibra óptica.

O que é que estamos a fazer? Estamos nas querelas, não estamos a trabalhar. Existe fibra óptica até São José. O que é que estamos a fazer?

Eu quero dizer que é por isso que temos confiança. Podemos. Mas é preciso mudar de atitude, de comportamento.

Em relação à juventude, pode ser que não estejam lá medidas suficientes, mas estão lá 32 medidas a nível da Educação. Por quê? Porque, fundamentalmente, nós precisamos investir nas pessoas, nos jovens, na educação, na formação. 32 medidas! Uma das medidas, estágio pago pelo Estado, para quem tem o 12.º ano profissional e mesmo licenciatura. Depois de 6 meses, o sector privado, que não assume este primeiro risco, poderá escolher, e isso é urgente. Porque com o visto de busca de trabalho que está instituído no seio da CPLP, daqui há uns meses ou 1 ano, nós não teremos mais mão-de-obra são-tomense disponível. Todos irão partir e os melhores primeiro.

Quando falamos de planos de emergência, quando falamos de algumas medidas, são medidas concretas, objectivas, mas são medidas também subjectivas, temos que dar um sinal, as pessoas têm que voltar a acreditar que é possível.

A nível da educação, eu quero dizer que não é só a questão dos estágios, mas é também a questão das infra-estruturas. O anterior governo lançou o liceu de Caué e a nossa ambição é transformar esse liceu num liceu técnico profissional, com capacidade de alojamento para jovens que vêm também de outros distritos. E a nossa política é termos cada vez mais liceus técnicos profissionais, para que de facto a mão-de-obra jovem possa integrar directamente o mercado de trabalho, se assim desejar.

No que diz respeito à diáspora, sim, precisamos conhecer melhor a diáspora. Nós temos uma diáspora nova, em Inglaterra. Se já em Portugal temos alguns problemas a nível de documentação e do apoio consular, pior ainda em Inglaterra. Em Inglaterra, alguns ou quase todos são também portugueses, mas não deixam de ser são-tomenses. Então, a nível das embaixadas, nós iremos tudo fazer para abrir, ainda em 2023, uma embaixada em Inglaterra. São custos adicionais, mas são 20 000 são-tomenses. Temos que nos sacrificar, temos que responder. E eu vou fazer isso! São todas prioridades. Temos que ter uma preocupação, cortar ou reduzir os custos inúteis. O Governo é pobre, mas por vezes o Governo gasta aquilo que não tem ou gasta nos sectores que não são os mais prioritários. E aí também, pedimos a colaboração de todos.

As embaixadas são necessárias, sobretudo quando somos um país extremamente dependente do exterior. E temos também que inverter essa nossa relação com o exterior. Temos que ter a capacidade de dizer aos nossos parceiros o que é que nós queremos, e não receber sem questionar. Por isso, as nossas embaixadas também têm que ter um outro papel.

Por fim, eu queria dizer que nós tomamos boa nota de todas as contribuições e, como tem sido desde essas poucas semanas, em que o Governo começou a trabalhar, iremos sempre procurar a contribuição de todos os são-tomenses com capacidade e com vontade, sem olhar a cor política e a religião. Iremos só dar atenção a mais mulheres. Mas para além de reequilibrarmos um pouco a questão do género, para respeitarmos os 40%, de resto o que nos interessa são homens e mulheres de São Tomé e Príncipe, conscientes da urgência da situação, conscientes de que é necessário uma trégua para respondermos primeiro às necessidades da juventude e da população em geral.

Estamos há 15 dias e estamos perante vós, tranquilos, conhecedores do jogo político são-tomense, conscientes das responsabilidades e das dificuldades, mas também com um grau de determinação, porque sabemos que o povo espera de nós, confia em nós, e é a esse povo sobretudo, em primeiro lugar, que nós temos que prestar contas, pelo nosso trabalho.

15 dias não é nada, mas se em 10 dias apresentamos já o Programa, é porque temos sede de trabalhar, sede de intervir e sede de resolver os problemas.

Com todo o respeito que eu tenho pela opinião de uns e outros, eu peço a todos para estarmos focados no essencial, e o essencial é mudar as condições de vida da população, conduzir o País à paz, em democracia, no respeito pela liberdade de cada ser humano que escolheu viver em São Tomé e Príncipe.

A Sra. **Filomena Monteiro**: — Já? Tão cedo? É a consciência.

É verdade, é verdade, é verdade. Nós nos conhecemos, é verdade. Então, eu peço a confiança do Parlamento, para podermos de facto começar a trabalhar, sem mais demora. Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sua Excelência, Sr. Primeiro-Ministro.

Está terminado o debate, mas para terminamos esta sessão, temos ainda espaço para intervenção de um deputado de cada Grupo Parlamentar e depois o Sr. Primeiro-Ministro encerra.

Assim sendo, solicito à Coligação se tem algum discurso, algo a proferir no final deste debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo, Líder Parlamentar da Coligação MCI/PS-PUN.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MIC/PS-PUN):— Sra. Presidente, não trago nenhum discurso, mas sim uma mensagem de encorajamento, uma mensagem de força, coragem, porque sabemos que não é fácil, uma mensagem de pôr sempre, mas sempre, São Tomé e Príncipe e o seu povo em primeiro lugar. Pondo São Tomé e Príncipe e o seu povo em primeiro lugar, estaremos a colocar-nos no lugar daqueles cidadãos que mais sofrem, daqueles cidadãos que apelam por socorro, daqueles cidadãos, dentro e fora de São Tomé e Príncipe, que querem ver na realidade um São Tomé e Príncipe melhor, onde todos, mas todos, não necessitarão de sair para fora do seu País, para se sentirem melhor. Mesmo no Território Nacional, que nos sintamos todos, mas todos, bem em nossas casas. Há um ditado são-tomense que diz: «*ké bem labado a cá concê giná xicada*». E se nós tivermos uma boa casa, bem lavada, qualquer cidadão estaria em condições de defender, com unhas e dentes, o seu Território Nacional, e as pessoas que estão à frente do destino deste país.

Muito obrigada.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada Beatriz Azevedo, Líder Parlamentar da Coligação MCI/PS-PUN.

Solicito o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, se tem alguma intervenção.

Não havendo, solicito o Sr. Líder Parlamentar do ADI, ou a quem indicar, para uma intervenção.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sra. Presidente, acabamos de terminar um importante exercício político e constitucional, que é o debate do Programa do Governo. Lamentamos apenas a não participação, neste debate, do importante Grupo Parlamentar desta Casa Parlamentar, mas fizeram a sua opção.

Das discussões havidas, o Grupo Parlamentar do ADI congratula-se com a visão do Governo espelhada no texto deste Programa. É digno assinalar a forma clara como o Governo, e aqui permitam-me particularizar a forma como o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo demonstrou a nós, os Deputados, a direcção certa que o País deve seguir. É um Programa que vai ao encontro as reais expectativas da população e das instituições, sobretudo direcções para as reformas que o País precisa e o bem-estar que o povo almeja.

O Grupo Parlamentar do ADI reitera o seu apoio a este Programa e estamos seguros que brevemente as suas acções serão espelhadas no Orçamento Geral do Estado e nas Grandes Opções do Plano.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Líder Parlamentar do ADI, Sr. Deputado José António Miguel.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para sua intervenção de encerramento do debate.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome do Governo, eu gostaria de agradecer a todos aqueles que deram o seu contributo nesse debate, de todas as bancadas, todas as opiniões aqui são válidas, porque elas representam a opinião de todo o povo de São Tomé e Príncipe.

Eu quero dizer que, esta caminhada, estou convencido de que será cheia de obstáculos. Nós estamos perfeitamente cientes de que contaremos sempre com apoios daqueles que, como nós, estão sobretudo interessados em construir um São Tomé e Príncipe diferente, resiliente, mais bem preparado para os desafios de hoje e de amanhã.

Nós também aproveitamos para lançar um apelo à comunidade internacional, para que ela continue a estar sempre ao lado do povo são-tomense, porque nós sabemos que grande parte dos programas dos governos, particularmente deste Governo, depende da boa vontade da comunidade internacional e da percepção que o mundo terá do nosso país.

Por isso, é importante continuarmos a ser um país estável, uma democracia verdadeira e respeitadora dos direitos humanos e um Estado de Direito consolidado.

Só tenho que agradecer, mais uma vez, a esta Casa Parlamentar, e mostrar toda a nossa disponibilidade para continuarmos a trabalhar juntos, cada um com as suas responsabilidades e com a sua área de competência, para o bem de São Tomé e Príncipe.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro.

E assim terminamos o debate do Programa do XVIII Governo Constitucional da XII Legislatura, para 4 anos, e auguramos votos de sucesso ao Governo e que consigam implementar os pontos constantes neste Programa.

São Tomé e Príncipe sairá a ganhar e a Assembleia Nacional também não ficará para trás.

Assim sendo, declaro encerrada esta sessão.

Eram 12 horas e 39 minutos.